

ANTERO DE QUENTAL E A GERAÇÃO DE 50*

JOSÉ ESTEVES PEREIRA**

Antero de Quental (1842-1891) torna-se em 1865, e em 1871, arauto de uma geração que define como tendo saído *decididamente e conscientemente*, da “velha estrada da tradição”.⁽¹⁾ Esta geração que, primeiro em Coimbra, com a polémica do “Bom senso e do Bom gosto”, e depois em Lisboa, com as Conferências do Casino Lisbonense se abre às novas correntes de pensamento europeu faz, também, o balanço do liberalismo político e cultural do país retomando projectos frustrados de uma significativa geração: a de 1850.

A geração a que pertencem, José Felix Henriques Nogueira, António Pedro Lopes de Mendonça e Sousa Brandão foi marcada pelos acontecimentos revolucionários europeus de 1848 e procura superar a crise do liberalismo português, no rescaldo da Patuleia e da intervenção anglo-espanhola que conduz à convenção de Gramido e põe termo à guerra civil.

O que pretendo aqui apresentar é a apreciação que Antero de Quental vem a fazer de dois dos mais significativos expoentes da geração de 50: José Felix Henriques Nogueira (1825-1858) e António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865).

São dois os textos que se reportam, de forma mais desenvolvida, aos próceres da modernidade portuguesa reivindicada e protagonizada

* Conferência proferida na Academia de Letras da Bahia (20. 9. 91).

** Departamento de História e Teoria das Ideias.

⁽¹⁾ “Varrida num instante toda a minha educação católica e tradicional, caí num estado de dúvida e incerteza, tanto mais pungentes quanto espírito naturalmente religioso, tinha nascido para crer plecivamente e obedecer sem esforço a uma regra reconhecida. Achei-me sem direcção, estado terrível de espírito, partilhado mais ou menos por todos os da minha geração, a primeira em Portugal que saíu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição” Carta a Wilhelm Storck (Ponta Delgada, (ilha de S. Miguel, Açores), 14 de Maio de 1887, in Antero de Quental, O. C., Cartas II (1881-1891), Lisboa, Universidade dos Açores — Editorial Comunicação, 1989, p. 834.

por Antero. Um dos artigos insere-se num conjunto intitulado *Leituras Populares*, publicado em **Prelúdios Literários** e incorporados, depois, nas *Prosas*, no volume I e um pequeno estudo inserido no jornal “O Operário” do Porto, de 30 de Maio de 1880. Com vinte anos de distância é significativo o interesse de Antero pela filosofia social romântica como virá a definir o movimento de ideias que contava entre os seus Lamartine, Louis Blanc, Proudhon, Raspail, Mazzini, Michelet, e alguns mais.

Foi a essa geração “mais entusiasta do que reflectida, poética e facilmente crente, que pertenceu o nosso Lopes de Mendonça diz-nos Antero”⁽²⁾. Em apreciação, com o seu quê de desculpabilizador, sobre o que representa a geração do meio século percebe-se o que interessa a Antero, em Lopes de Mendonça ou Henriques Nogueira: O abrir caminho, através de um compromisso sublinhadamente ético e que importava para o socialismo e revolução pensadas, para uma regeneração social (O socialismo e a revolução pensadas por Antero, claro) e para uma análise situada da crise do individualismo liberal. Entre os dois textos passa-se muita coisa, no que respeita ao autor e à sociedade oitocentista: envolvimento polémico com Castilho, a vitória prussiana, a Comuna de Paris, as Conferências do Casino, a 1ª Internacional, os seus projectos socialistas. E, no entanto, a referência à geração de 50 permanece, sendo de notar que, logo no texto de 1860, as considerações sobre Henriques Nogueira assumem especial significado para a definição das ideias que pretende transmitir sobre reforma social. Quanto ao segundo texto trata-se de um pequeno estudo sobre António Pedro Lopes de Mendonça (ao mesmo tempo de louvor e distanciamento relativamente ao autor das *Memórias de um Louco*) elaborado em época de mais acabada definição do ideário anterior.

A importância da geração de 50 tem sido apontada por alguns estudiosos. Em apreciação sobre o romantismo português Alberto Ferreira entende que, “só a partir da crispação doutrinal dos meados do século se pode compreender e explicar a vigorosa mensagem dos escritores que provocaram a ruptura de 1865”⁽³⁾, isto é, o confronto entre a persistência de valores românticos e a abertura a novas correntes literárias de

(2) *Prosas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, II, p. 303.

(3) Alberto Ferreira, *Perspectiva do romantismo português*. Lisboa, Edições 70, pp. 157-158.

pensamento e motivações para a acção em que se situaram Antero, Eça ou Oliveira Martins. Nenhum intelectual (ou político) português sejam quais forem as suas posições e convicções (diferenciadas ou opostas) poderá ainda hoje, ficar indiferente, com efeito, àquela gestação de modernidade iniciada com a geração de 50. Geração esta em que é fundamental, desde logo, assinalar o sentimento cristão emprestado a uma regeneração social e política. Em estudo de 1987 M^a Manuela Tavares Ribeiro referiu-se ao cristianismo dos “socialistas, democratas, republicanos e liberais de 1848” como sendo um “credo social a que está subjacente uma filosofia do porvir-crença no futuro, e esperança numa radical mudança sócio-económica (...)” A mesma filosofia humanitarista romântica está subjacente um sentido político e social vivificado pelo espírito do Evangelho⁽⁴⁾. E esta autora pergunta se a fundamentação filosófica cristã, subjacente à doutrina social de 50, não será apenas a mistificação de uma esperança terrena? A pergunta é pertinente, especialmente para entender Antero e a sua geração envolvidas, já, num percurso dramático de imanência e voltados para “a revolução como uma segunda revelação”, para as proximidades de uma ontologia de progresso, de que Antero, criticamente, se distanciará. A importância da geração de 50 manifesta-se, também, pela reflexão que alguns dos seus vultos, lucidamente, vieram a fazer sobre as realidades políticas contemporâneas. Em estudo que realizei em 1977 sobre Henriques Nogueira — e a citação que faço a seguir pode ser extrapolada para apreciação mais abrangente — havia “no publicista português o desejo de organização de conteúdo original, procurando a reforma das instâncias executivas, parecendo-nos um adiantamento sensível e consequente das suas propostas, no momento em que o estado liberal se reduzira à tarefa de perpetuação do direito de propriedade (...) e a estruturação teórica e prática no domínio jurídico e ideológico o ia legitimando”⁽⁵⁾.

(4) M^a Manuela Tavares Ribeiro, *O Cristianismo Social de 1848*, R. H. I., 9. (n^o especial O Sagrado e o Profano**), Coimbra, 1987, p. 494.

(5) J. Esteves Pereira, *Henriques Nogueira e a conjuntura portuguesa (1846-1851)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1976, p. 20 (sep. de R. H. I., 1, 1977, p. 178). Cumpre esclarecer ainda que o projecto de Nogueira “acompanha a possibilidade teórica do ascenso de uma classe pequeno-burguesa conexas com um apelo à *urbanização* do campo, a partir deste, com um sentido muito amplo dessa civilização rural. Era a crítica administrativa à centralização e à

Este enquadramento torna-se necessário para entender o interesse de Antero por Henriques Nogueira e Lopes de Mendonça enquanto denunciavam a crise do liberalismo.

1. A aproximação a Henriques Nogueira.

Em 1860, no período da Regeneração, iam decorridos uns bons dez anos sobre os primeiros sinais de superação de instabilidade de todo um meio século, enveredara-se por uma política que permitiu a capitalização e possibilitou o investimento, particularmente o externo, a par de um acentuando movimento de actividades financeiras especulativas. O ex-libris dessa sociedade é o fomento viário. Eça de Queirós, e outros, referem-se às novidades culturais que, pelo caminho de ferro, tornavam, por essa altura, Coimbra mais perto da Europa. Mas, permaneciam aspectos estruturais de crise na sociedade portuguesa. Antero de Quental, ao incutir a leitura da obra de Henriques Nogueira, *Estudos sobre a reforma em Portugal*, publicada em 1851, em sinal também de oposição política setembrista, pretende libertar o homem dos campos do atraso em que vive e da exploração de que é vítima ou, numa tipificação mais ampla, da responsabilidade de Antero deseja “o melhoramento e instrução do povo — esse grande, inculto, e interessante engeitado”⁽⁶⁾.

Antero parece comungar, na abordagem feita ao projecto de reforma da sociedade portuguesa de Nogueira, de uma acção morigeradora sobre a sociedade liberal cujo êxito residiria na promoção do associativismo, a partir da livre iniciativa das classes laboriosas. Estamos, todavia, longe de posições de ruptura, de confronto entre o capital e o trabalho que vão ser assumidas por Antero quando escreve o artigo sobre Lopes de Mendonça, vinte anos mais tarde. Trata-se, na linha dos projectos de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), que foi uma das fontes de inspiração de Henriques Nogueira de propor medidas de defesa do proletariado rural ou industrial, mas à margem de confrontos institucionais no seio do estado liberal.

concentração dos interesses, estruturados pelo cabralismo” promovendo o reforço do poder central” (Idem, p. 19, 177). As ideias municipalistas e federalistas ibéricas de Nogueira não podiam deixar de interessar, também a Antero de Quental.

⁽⁶⁾ *Prosas*, I, p. 9.

Antero, todavia, explicita os propósitos de Nogueira de forma a projectá-lo em dinâmica de intervenção social mais efectiva: “Diz modestamente o autor que o livro não é mais do que a selecção de pequenos estudos acerca desta ou destrouta reforma. Sobre modo maior é o seu merecimento e em conta de maior obra o tenho eu. É um sistema de organização social completo e cheio; resumo, conciso sim, mas germinal das reformas que há mister um povo e uma sociedade já gastas. Dai-me população e território, que meios de organizar um governo no livro os acho eu todos, mas governo racional, filósofo sem que seja irreligioso (e é este o dizer verdadeiro da palavra), governo, finalmente, como o deve ser um no século XIX⁽⁷⁾. Na citação que acabo de fazer está estabelecida, pois a ligação aos pressupostos ideológicos de 48 sendo de realçar a componente cristã consignada na reserva sobre a irreligião, não obstante a formulação racionalista do projecto nogueiriano. Em outros artigos desta mesma série, sobre *Leituras populares*, encontramos referentes do pensamento social de Antero, em 1860, que embora não reportados expressamente a Nogueira ainda tem a ver com as ideias deste. Na crítica à sociedade liberal, especialmente na reflexão de uma crise de valores, percebe-se que, citando Aimé Martin (referência também de Nogueira) se afirma: “o artista descrê da arte, o padre de Deus, e até a mulher do amor”⁽⁸⁾. Permito-me dizer que tal inferência, exprime um sentimento de “isolamento”, para utilizar um conceito de Silvestre Pinheiro Ferreira que, inspirando a geração de 50 vem, de longe já, talvez, mas ainda presente, a pesar na geração de Antero.

Para o estado de “isolamento” dos indivíduos que é, também, sentido afastamento da necessidade de prover a uma sociedade mais justa Antero aponta a “associação” como meio de regeneração. O impulso solidarista, que importará ver se depende da influência do krausismo então perfilhado por alguns mestres da Faculdade de Direito conimbricense⁽⁹⁾, parece depreender-se da análise feita aos limites da associação como mero cumprimento da lei natural. É que a associação não se reduz à relação estrita da sociabilidade (e certamente se subentendem aqui algumas utopias societaristas, como a de Fourier) mas

⁽⁷⁾ Idem, p. 18.

⁽⁸⁾ Idem, p. 24.

⁽⁹⁾ Cfr. António Braz Teixeira, *Caminhos e figuras da filosofia do direito luso-brasileiro*, Lisboa, AAFDL, 1991, p. 41.

significa mais, isto é, que à associação seja inerente a liberdade. É, importante, a todos os títulos, esta objecção anterior para o seu proudonismo futuramente mais assumido:

“Assim é com a liberdade e só pela liberdade que tem de afeitar este grande pensamento de associação, este grande abraço que obedecendo às leis do próprio ser, tem de, no futuro dar homens e povos estreitando cada vez mais os laços que os unem, e centuplicando forças, simpatias e vidas”⁽¹⁰⁾.

2. A distância e a presença da geração de 50: António Pedro Lopes de Mendonça.

Na abordagem feita a Lopes de Mendonça, em 1880, vinte anos passados sobre o artigo em que se exaltava o projecto de Henriques Nogueira, Antero, sem deixar de salientar as ideias de toda uma geração, quer demarcar-se das suas posições utópicas⁽¹¹⁾. O liberalismo configurado entre o “subjectivismo kantista e o espiritualismo eclético” que ainda caracteriza os “filósofos sociais românticos” mesmo que não fosse exactamente “o individualismo frio e seco dos economistas ingleses, nem ainda o individualismo heróico dos jacobinos”, não teria força para “definir um princípio jurídico e fixar uma norma prática de reformas. Depois, a monarquia constitucional, no seu processo de auto-conservação, esteve longe de permitir a integração de projectos reformistas. Finalmente, o destinatário possível da geração de 50, a “classe operária”, ao afirmar-se como tal, não aparecia organizada nem com uma educação política suficiente.

O romantismo de Lopes de Mendonça, como o de toda a sua geração, vê-se enredado pelo próprio romantismo liberal colhendo, porventura, mais sucesso ao nível da elaboração artística ou no exercício da crítica, nomeadamente, através do jornalismo. No plano estético, portanto, mas também no plano ético. Antero quer extrair da geração de

⁽¹⁰⁾ *Prosas*, cit., pp. 31-32.

⁽¹¹⁾ *Idem*, II, p. 299 e ss.

50 a espontaneidade moral de intervenção na vida política projectada, enfim, no horizonte de “revolução” a que adere, em 1880, muito problemáticamente. O artigo a que nos estamos a referir é contemporâneo de um manifesto elaborado por Antero para efeitos eleitorais e justifica que nos detenhamos um pouco sobre ele pela explicitação que dá para a compreensão do estudo sobre Lopes de Mendonça e para compreensão do próprio autor. Não obstante o comprovado distanciamento de Antero quanto à intervenção partidária efectiva interessa atender a um ideário em que se realça o primado do ético sobre o político e da ideia sobre a acção. Esclarecedor, ainda, sobre a vida política das últimas duas décadas de Oitocentos aí se exprimem críticas, não só ao liberalismo, mas também, à inviabilidade, a seu ver, “duma política puramente formalista, rotineira e superficial ainda quando se pretende revolucionária”⁽¹²⁾.

A consciente problematização de modernidade atendendo aos obstáculos mais imediatos de uma *nação gasta*, como já nos advertia em 1860, é ocasião de uma reflexão sobre o político. O que queremos dizer, a este respeito, é que as observações anteriores, porventura menos atentas à acção política, questionavam dois aspectos fundamentais da crise do liberalismo não obstante a sua relativa persistência nos quadros de um rotativismo partidário.

Por um lado, os partidos surgiam aos seus olhos como: “Representantes dum movimento hoje esgotado, o movimento individualista, liberal e burguês do primeiro quartel deste século”⁽¹³⁾ salientando-se que “os partidos conservador progressista e republicano, tiveram já a sua razão de ser, correspondendo aos aspectos da revolução que consumaram e da sociedade que fundaram”⁽¹⁴⁾ e exigiam antes uma demarcação radical aos possibilismos reformistas a que o seu amigo Oliveira Martins por exemplo, adere. Por outro lado, quanto ao parlamentarismo, dir-se-ia que no “ambiente sutil e esterilizador duma conspiração permanente” se tinha perdido a noção da realidade. Mesmo no que respeita à transmutação

⁽¹²⁾ *Carta aos eleitores do círculo 98. Carta do Dr. Antero de Quental à Comissão Eleitoral do Partido Socialista no referido círculo*, in, **Cartas**, Lisboa, Editorial Comunicação, 1989, (Org., Introd. e Notas de Ana Maria Almeida Martins), vol. I, p. 517.

⁽¹³⁾ *Idem*, p. 518.

⁽¹⁴⁾ *Idem*, *ib.*

republicana dentro do liberalismo, tal como Antero a entende, é uma sociedade outra que está nos seus anseios reafirmando-se o primado dos valores éticos sobre os valores políticos apresentando-se, por isso mesmo, valorizada a transformação moral, e ideal, da sociedade: “Os hábeis dos partidos burgueses espíritos materializados pelo egoísmo, para quem só tem valor o que pesa e faz vulto, sorriram-se desdenhosos quando viram, há um ano, que a bandeira socialista apenas conseguiu agremiar em volta dos seus candidatos pouco mais de um cento de votos. Cegos! que não compreendem que as coisas da consciência não se pesam na grosseira balança das coisas materiais, que é a qualidade aqui e não o número que faz o valor, e que só uma consciência recta e sã vale incomparavelmente mais do que milhares, ou milhões que fossem, de consciências turvas, covardes e envilecidas”⁽¹⁵⁾. É claro, que um discurso como este (servindo o socialismo proudoniano de Antero, que é importante, nomeadamente, para a compreensão do nosso primeiro pensador do absoluto, ao empenhar-se no renovo da Pessoa) trairia, por defeito, o efectivo compromisso com o movimento socialista (e, correntemente, se faz menção à militância distanciada do poeta) mas, vinha a apelar para a desejável moralização da vida política portuguesa de que descrê. A este propósito, importa sublinhar que o socialismo de Antero não iria encontrar, por seu turno, um destinatário excessivamente disponibilizado para a transformação da sociedade que sempre desejou. É que, o seu socialismo, apenas ganha sentido não numa ontologia de progresso mas no plano de uma ascensão progressiva que vai criando, amorosamente, o verdadeiro homem, o homem moral, insitamente criador de justiça social⁽¹⁶⁾. Mas, afigura-se-nos bem significativo que, no mesmo ano em que aceita fazer parte de uma candidatura socialista, invoque a “geração de 50” para uma reflexão sobre a teoria e a prática liberais.

⁽¹⁵⁾ Idem, p. 519.

⁽¹⁶⁾ Cfr. a minha Comunicação ao “Colóquio Antero de Quental”, Recife-Salvador, Setembro, 1991, “Vivência do tempo e da história em Antero de Quental publicada em “Anais do Colóquio Antero de Quental”, Aracajú, Fundação Augusto Franco, 1993, pp. 15-32.